



Sindicato dos Trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

Rua Antão Girão, 91 - 10.

TEL. 29917 S E T U B A L

Comunicado nº. 44/78, em
20711/78

A T O D O S O S T R A B A L H A D O R E S :

I INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar cabe-nos uma palavra explicativa: muitos dos nossos ~~sócios~~ ^{sócios} a maioria, com certeza, tem achado que temos sido parcos nas notícias enviadas. Realmente nós sabemos que assim tem sido e que os nossos sócios, os trabalhadores dos impostos, não o mereciam depois do seu magnífico exemplo de união nos dias 30 e 31.

Mas a razão é muito simples: a situação financeira do Sindicato caiu ao mais baixo nível e um comunicado custa muitos contos. Tivemos, pois, de fazer uma paragem forçada.

Dentro desta ordem de ideias expressamos aqui, publicamente, o nosso agradecimento aos colegas da Repartição de Finanças de Amares que logo após a greve nos enviaram um donativo de 600\$00. Grande manifestação de compreensão e de dedicação. O outro agradecimento vai para a Comissão Distrital de Braga, que nos propôs promover a cobrança de uma quota suplementar para colmatar as nossas dificuldades. Aceitamos, amigos. É essencial que tenhamos meios para prosseguir na nossa acção em prol de todos. Esperamos que a medida tenha êxito. Desejamos que, por esse país fora, não venha a ser caso único e outros sigam o exemplo.

II AINDA A REESTRUTURAÇÃO

O evoluir da situação quanto a este problema foi a seguinte; desde o último comunicado: a) Foi-nos entregue, dia 11, a redacção definitiva do Decreto Regulamentar, a ser apresentada pelo Director-Geral das Contribuições e Impostos à Secretaria de Estado da Administração Pública e pedido o parecer deste Sindicato, a ser dado na manhã do dia 13. Cópia do texto citado já foi enviado a todas as distritais; bem como das correcções que o Sindicato exigiu.

b) No mesmo dia 13 começaram as negociações entre a nossa Direcção-Geral e a dita Secretaria de Estado. Essas negociações; ao que sabemos, ainda não terminaram e têm surgido dificuldades, principalmente nas regras das remunerações acessórias e

c) Para fazermos sentir o peso da vontade dos trabalhadores e termos conhecimento dos problemas concretos que se levantam ainda, já solicitámos uma entrevista urgente ao Secretário de Estado da Administração Pública.

d) Entretanto tivémos informações de que o Decreto-Lei já foi promulgado pelo Presidente da República e que estará para breves dias a sua publicação.

e) O projecto que nos foi entregue pelo Director-Geral tem ainda pontos controversos e inaceitáveis para os trabalhadores. Um deles, para que chamamos a atenção de todos, é a relevância dada às classificações de serviço. O pior aspecto deste caso é o que se traduz pelo artº. 74º., que transcrevemos: "(Admissão às provas de selecção) Só poderão ser admitidos à provas de selecção que visem o recrutamento para as diferentes categorias de acesso das carreiras profissionais ou para lugares do quadro do pessoal dirigente, os funcionários com média de classificação de serviço não inferior a doze no último trénio."

f) É preciso, portanto, não desarmarmos, mantermos a nossa atitude de vigilância, de união, de decisão. Já mostrámos a todos do que somos capazes. Mas isso de na da terá servido se não ~~firmarmos~~ mantivermos firmes para o futuro, se não fizermos sentir a toda a gente que voltaremos a defender os nossos interesses com a mesma determinação de 30 e 31 de Outubro.

III A QUESTÃO DA T.V.

Lavrou grande indignação entre os funcionários das Contribuições e Impostos pelo facto de certa transmissão da R.T.P. Justa indignação. Depois de uma greve em que ficou bem provado qual era a organização que tinha o apoio dos trabalhadores, foram ~~outros~~ que a R.T.P. pôs a falar em nome dos trabalhadores, dizendo coisas que não correspondem à realidade. Imediatamente a Direcção pôs-se em contacto telefónico com a R.T.P. lavrando o seu protesto, a que se seguiu no dia seguinte, o ofício que se transcreve: "Vem este Sindicato protestar energicamente contra o facto de a R.T.P. no serviço noticioso das 20 horas, transmitido através do Canal 1, no dia 8 do corrente mês ter transmitido uma entrevista com elementos do Sindicato da Função Pública sobre os problemas das Contribuições e Impostos, entrevista essa em que se produziram afirmações menos verdadeiras e em que foi citado este Sindicato.

Porque estas citações foram incorrectas, porque este Sindicato é largamente maioritário na representação dos trabalhadores do sector, porque todo o processo reivindicativo que culminou com a greve levada a efeito nos passados dias 30 e 31 foi conduzida pelo mesmo Sindicato, exigimos da RTP que nos seja concedido o mesmo tempo de antena, em dia próximo, para ser transmitido no mesmo programa, em nome do direito de resposta e do pluralismo que deve presidir à missão informativa da R.T.P.

Aproveitamos para lamentar que a RTP sempre tenha ignorado as notícias que temos fornecido sobre os nossos problemas e, assim, não tenha comparecido a uma conferência de imprensa, em três deste mês, para a qual foi convidada.

Lembramos ainda que as relações entre a RTP e os funcionários das Contribuições e Impostos deveriam ser bastante estreitas, atendendo a que grande parte do volume de trabalho das repartições de finanças deriva da cobrança coerciva de taxas da RTP e informamos que, a não nos ser dada satisfação, tal situação poderia modificar-se por decisão dos trabalhadores.

Para que se avalie da representatividade deste Sindicato no sector informamos, ainda, que a greve anteriormente citada teve uma aderência de cerca de 90%, dos funcionários da D.G.C.I., embora contasse com a oposição dos Sindicatos da Função Pública.

Aguardando que tudo se tenha devido a um mero lapso o que seja corrigido segundo se indica, subscreve-se,"

A resposta da TV foi negativa, em relação ao que se exigia, dada oralmente, ficando, no entanto, de elaborar uma notícia a repor a verdade dos factos. Não o fez, porém. Em face disto, a Direcção, na sua última reunião aprovou a moção que se segue:

" CONSIDERANDO QUE:

a) A R.T.P. como órgão estatizado não informou convenientemente a luta dos trabalhadores das C. e Impostos através do seu Sindicato devidamente legalizado e legítimo representante desses trabalhadores;

b) A R.T.P. entrevistou elementos do Sindicato da Função Pública em que estes se imiscuíram na luta dos trabalhadores das C. e Impostos com a qual nada têm a ver, visto nele não terem qualquer representatividade;

c) Que não foi dada igual oportunidade ao Sindicato dos Trabalhadores das C. e Impostos para poderem apresentar os seus pontos de vista.

Os trabalhadores sindicalizados, neste Sindicato, exigem:

A imparcialidade nos comentários sobre a luta dos trabalhadores das Contribuições e Impostos -- tendo para tal que ser ouvido o seu Sindicato.

Caso não se venha a verificar o que exigimos, os trabalhadores das C. e Impostos estudarão as formas de fazer obstrução às relações e processos que a R.T.P. tem com o fisco."

No entanto, neste triste assunto, o mais importante é que os trabalhadores das Contribuições e Impostos não se deixem enganar e tomem esta publicidade televisiva daqueles que teimam em ser nossos adversários pelo que ela realmente vale, isto é, nada.

Não poderemos tolerar que o caso se repita, sem que a nossa reacção tenha de ser bem rija.

IV

OS CONCURSOS PARA SECRETÁRIOS

Importante foi o movimento de contestação dos concursos acima indicados que se de

envolveu nos últimos dias. Se não atingiu expressão maioritária, atingiu, no entanto, um volume bastante grande. Esse movimento tinha duas facetas distintas:

- a) Por um lado contestava os actuais cursos, tremendamente deficientes;
- b) Por outro lado contestava todo e qualquer concurso, exigindo que as promoções se fizessem administrativamente, pelo simples decurso do tempo de serviço.

Quanto ao primeiro aspecto, a Direcção, só tem de dar razão aos contestantes. Não obstante o problema não se projectar para o futuro, porque na Reestruturação estão definidos os futuros cursos, afecta grande número de funcionários e tem tido numerosas deficiências. Desde o começo deste curso, a Direcção do Sindicato tem proposto constantes alterações, tendente a melhorá-lo -- e também a servir de precedente -- e alguns resultados tem alcançado. Não totais. Não o que desejaríamos. Mas tem-se progredido. Roma e Pavia não se fizeram num dia e custa muito derrubar estruturas bolorentas e ineficazes mas que estão enraizadas no espirito de muita gente.

Verificadas as deficiências do curso agora a terminar, a Direcção resolveu apresentar ao Director Lino Pires a seguinte proposta:

" Facultar aos candidatos inscritos para a época de Janeiro, a transferencia para a segunda época, se o desejarem, havendo até essa 2ª época - Junho -, um aditamento ao curso, com a duração de Janeiro a Maio."

Esta proposta foi aceite pelo Director Lino Pires, dependendo a sua aplicação definitiva da aprovação do Director-Geral. Apenas, e por razões orçamentais, ficou assente que o curso novo teria a duração de dois meses (Abril e Maio).

A proposta final do Sindicato e aceite pelo Director Lino Pires ficou assim:

" Facultar aos candidatos inscritos para a 1ª. época de Janeiro, a transferencia para a 2ª. época, se o desejarem, havendo um curso, em aditamento, orientado por monitor, nos meses de Abril e Maio."

Quanto ao segundo aspecto, dizemos: Cuidado! Com efeito nós obtivemos a subida de letra na escala do funcionalismo -- a que já está pacificamente aceite na reestruturação -- graças à nossa tecnicidade, ao facto de que muito temos de estudar, muito temos de saber, para desempenharmos as nossas funções. Como se concilia isso com passagens administrativas? Pensem bem nisto todos os que as defendem. A quem aproveita essa posição? A nós? Não. Sabemos bem que a Administração é inimiga desse modo de ascensão. Sabemos bem que nesta ocasião haverá quem aproveite qualquer movimento do género para atacar a reestruturação. Compreendam bem: a subida de aspirante a secretário de 3ª. (som reestruturação) dar-vos-á a letra N. A entrada em vigor da reestruturação por-vos-á, logo, na letra K. Quem fizer o curso e ficar aprovado poderá ir à J e três anos depois à I, desta vez automaticamente. Mas tenham isto na mente. A Secretaria de Estado da Administração Pública nunca teria acordado em tal se não fora o grande nível técnico que nos é exigido e por nós comprovado.

Por isso repetimos: Cuidado, amigos. Não se deixem orquestrar contra os vossos próprios interesses, numa altura em que a reestruturação leva os toques finais mas em que pode ainda ser travada. Não se deixem levar, inocentemente, pelo desconhecimento das situações. Não lutem contra vós próprios!

A DIRECÇÃO

[Assinatura]